

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Estudos Legislativos
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR
COLEÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 123

QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 192.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Autorização dada pelo Sr. Ministro do Trabalho para criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil no Estado do Acre.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Expedientes recebidos da Câmara Municipal de Magé — RJ, referentes a reivindicações junto aos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Justiça.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Realização, no Estado do Paraná, do IV Congresso Brasileiro de Apicultura.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Artigo do Jornalista Arimathéa Athayde, intitulado **Liberdade ou A doce canção da normalista**, alusivo à passagem do "Dia do Professor". Solidariedade às homenagens prestadas ao Sr. Magalhães Pinto, na oportunidade da escolha de S. Ex.^a como "Homem Visão '76".

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 21, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Veto total ao Projeto de Lei da Câmara n.º 106, de 1975 (n.º 1.346-C, de 1975, na origem), que regula a situação dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro de Habitação, em caso de morte presumida do adquirente. **Discussão encerrada**, ficando sua votação adiada por falta de **quorum**.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 192.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1976

2.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — José Esteves — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petronio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Jessé Freire — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Augusto Franco — Heitor Dias — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Otair Becker — Daniel Krieger.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Pará

Jorge Arbage — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; José Ribamar Machado — ARENA; Marão Filho — ARENA.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Piauí

João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Octacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; José Alves — ARENA; Theobaldo Barbosa — ARENA.

Sergipe

Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Vasco Neto — ARENA.

Espírito Santo

Henrique Pretti — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinas — MDB; Célio Borja — ARENA; Darcílio Ayres — ARENA; Eduardo Galli — ARENA; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Bento Gonçalves — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Humberto Souto — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA.

São Paulo

Antonio Morimoto — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Pedro — ARENA; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA.

Goiás

Ary Valadão — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Hélio Mauro — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; Onísio Ludovico — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Fernando Gama — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA.

Santa Catarina

Dib Cherem — ARENA; Henrique Córdova — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Augusto Trein — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 27 Srs. Senadores e 99 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nossier Almeida.

O SR. NOSSIER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Prieto, Ministro do Trabalho, teve a gentileza de me comunicar, por telegrama datado de 15 deste mês de outubro, correspondência essa que levou o n.º 9.288, que naquela data assinou a Carta Sindical que autoriza a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Acre. Tenho, pois, a satisfação de, desta tribuna, transmitir publicamente a auspiciosa notícia àquela laboriosa classe de meu Estado.

Sou obrigado a ressaltar aqui, por força do próprio texto do telegrama ministerial, Sr. Presidente, uma expressão ali usada que, não obstante ser eu mesmo a falar dela, retrata uma verdade palmar. Iniciou o Ministro Arnaldo Prieto sua comunicação com esta expressão: "tendo em vista interesse ilustre Deputado..." Realmente, tenho acompanhado com o máximo interesse, colaborando sempre para seu sucesso, a luta dos trabalhadores na indústria da construção civil de meu Estado para o reconhecimento de seu Sindicato.

A luta desses trabalhadores do progresso acreano se iniciou quando eles se organizaram em associação profissional. Não contentes, entretanto, com esse precário status e em face do crescente aumento de seus integrantes e da crescente importância que a classe passou a ter no contexto da economia acreana, foram eles satisfazendo gradativamente a todas as exigências legais para que se constituíssem em Sindicato. A assinatura de sua Carta Sindical pelo Ministro Arnaldo Prieto é, pois, o coroamento de uma luta incessante, na qual se destacaram os líderes naturais da classe em nosso Estado.

Quero, pois, me congratular com os trabalhadores na indústria da construção civil no Acre, por essa vitória significativa. O direito de sindicalização é garantido pela Constituição em seu art. 166. A mesma Constituição, no inciso II do art. 160, declara que a ordem econômica e social em que estamos organizados tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base em alguns princípios, entre os quais a valorização do trabalho como condição da dignidade humana. A conquista dos trabalhadores na indústria da construção civil do Acre segue, portanto, Sr. Presidente, essa mesma linha de nossa Constituição: ela vem dignificar ainda mais o valor daqueles que garantem o progresso de nosso Estado no que concerne à construção civil, um dos parâmetros pelos quais se mede a grandeza de um povo.

Não posso concluir este discurso sem expressar a gratidão dos trabalhadores acreanos à firme orientação do firme Ministério do Trabalho, na figura exponencial do Ministro Arnaldo Prieto. Dentro da filosofia correta da Revolução de 1964, que preconiza "desenvolvimento com segurança", e garantindo aos trabalhadores o legítimo exercício de seus direitos constitucionais, ao mesmo tempo em que os resguarda de toda ação que não interesse aos mais altos interesses de nosso povo, o Ministério do Trabalho está contribuindo para que nossos trabalhadores se organizem democraticamente para a reivindicação legal de seus mais sacrossantos direitos como pessoas humanas. Uma das provas disso é a Carta Sindical agora assinada, que permitiu a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Acre.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto.) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A edilidade brasileira tem oferecido ao País os exemplos mais dignificantes da representação popular, notadamente no Estado do Rio, onde os nobres vereadores dão tudo de si, correspondendo amplamente aos compromissos assumidos com o povo fluminense.

Assim é que, no progressista Município de Magé, a festejada Cidade do "Dedo de Deus", destaca-se por sua inigualável operosidade o Vereador Aristeu Fernandes, sempre preocupado em defender os interesses dos mageenses, como se constata do expediente que me foi dirigido pelo Presidente da Egrégia Câmara Municipal, capeando as proposições do bravo edil, que passo a ler para que integrem este despretensioso pronunciamento:

Ofício n.º 822/76

Magé, 30 de setembro de 1976

Assunto: Solicitação (faz)

Exmo. Sr. Dr. José Peixoto Filho

DD. Deputado Federal

Brasília — DF.

Senhor Deputado:

Apraz-me comunicar a Vossa Excelência que foi aprovado por unanimidade desta Casa Legislativa, requerimento de autoria do nobre edil Aristeu Fernandes Sobrinho, solicitando que Vossa Excelência interceda junto aos Excelentíssimos Srs. Ministros da República no que concerne a abolição do visto passado pela Coordenação do INPS.

Anexo cópia do Requerimento n.º 557/76, Ofício n.º 598/76 e cópia da resposta do Exmo. Sr. Ministro da Justiça.

Sem mais, aproveito a oportunidade para renovar os protestos de real estima e consideração. — Felipe Figueira, Presidente.

REQUERIMENTO N.º 557/76

Requeiro à Mesa, após ouvir o plenário, que seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Presidente do INPS, ao Sr. Superintendente e ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, solicitando àquelas autoridades que determinem a abolição do visto passado pela Coordenadoria daquele órgão nos atestados médicos expedidos por médicos credenciados junto ao INPS.

Justificação

A maioria das indústrias não aceita atestado passado por médicos credenciados, sem o visto da Coordenadoria o que ocasiona transtornos para os associados. Um associado que recebe atestado, ao levá-lo para a firma o mesmo não é aceito sem que antes seja visado pela Coordenadoria, porém o associado que recebeu o atestado por volta das 17 horas não poderá no dia seguinte trabalhar pois terá que ir a Coordenadoria, uma vez que a mesma às 17 horas, já não se encontra no local de trabalho.

Causa estranheza a este Vereador a obrigatoriedade de um atestado médico passado por facultativo vinculado ao INPS, ser visado por médico da coordenação, porque este nem sempre é especialista do mesmo ramo abraçado por

aquele. Como exemplo, se um clínico visa atestado passado por um psiquiatra, só o faz por ética médica, para preencher uma formalidade burocrática, porque, em tese não tem condição para discutir o documento.

Dessa forma, a referida exigência que objetiva, por certo, um maior rigor no controle dos fornecimentos de atestados, tem servido somente para criar embaraços aos beneficiários do INPS.

Acresce mais que tal exigência feita unicamente pelas empresas empregadoras e que vem sendo aceita pela Coordenação do INPS, não encontra agasalho em nenhum texto legal, devendo tal prática ser prontamente abolida.

Pelo exposto, encareço as dignas autoridades, em nome dos associados que providências enérgicas e urgentes sejam tomadas para que os associados fiquem livres de tal anomalia, talvez, imposta pelas firmas empregadoras.

Sala das sessões, 3 de setembro de 1976. —

Aristeu Fernandes Sobrinho, Vereador.

REQUERIMENTO N.º 428/76

Requeiro à Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, a aprovação de uma proposição ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, para criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento nesta cidade.

Magé, com uma população hoje calculada em 180.000 habitantes, abriga mais de 50% (cincoenta por cento) de sua população constituída de trabalhadores, industriários, comerciantes e trabalhadores rurais, que se veem obrigados, nos dissídios trabalhistas a se valer das Juntas existentes em Petrópolis e em Duque de Caxias, cidade esta que fica distante cerca de 70 km o que torna difícil ao trabalhador, a defesa de seus direitos, face à dificuldade de locomoção.

A criação da J.C.J. nesta cidade solucionaria outro grande problema da Justiça do Trabalho, se a jurisdição for estendida ao município vizinho de Itaboraí, cujos trabalhadores se valem da J.C.J. de São Gonçalo, que já não tem boa condição de atendimento, porque se encontra absorvida por um volume muito grande de processos.

Desta forma, a criação de uma Junta nesta cidade, viria desafogar as Juntas de Duque de Caxias, Petrópolis e São Gonçalo, trazendo grandes benefícios para a Justiça e para o atendimento aos trabalhadores como também seria medida de grande alcance social. Requeiro ainda que seja encaminhado cópia deste expediente junto ao ofício.

Sala das sessões, 18 de junho de 1976. —

Aristeu Fernandes Sobrinho, Vereador.

Sr. Presidente, ao registrar as justas reivindicações do laborioso povo mageense, consubstanciadas nos requerimentos do Vereador Aristeu Fernandes, espero que os Ministros da Previdência e Assistência Social e da Justiça delas tomem conhecimento, para, afinal, adotarem as medidas cabíveis ao seu pronto atendimento.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ao Estado do Paraná coube receber os participantes do IV Congresso Brasileiro de Apicultura. Durante três dias, cerca de 380 produtores e técnicos brasileiros, juntamente com representantes do Paraguai, Argentina, Uruguai e Nicarágua, discutiram assuntos peculiares da produção de mel. O nosso Estado destacou-se pelas teses apresentadas sobre a utilização da abelha africana, temida por sua agressividade, demonstrando as vantagens no manejo deste tipo de abelha.

O Paraná foi o primeiro Estado do Sul do Brasil invadido pelas abelhas africanas, vindas de São Paulo e, também, o que mais cedo descobriu métodos de aproveitamento para a produção de mel. No passado, antes de 1963, a espécie dominante na apicultura regional era a italiana, com produção inferior à das africanas.

Durante o conclave ficou demonstrado que a grande vantagem da abelha africana sobre a italiana consiste em que aquela precisa apenas de 10 a 15 por cento da cera utilizada pela italiana. Como a cera é a secreção do próprio organismo da abelha, o resultado é que a africana perde menos tempo e menos energia em fabricar a cera necessária para seus favos, sobrando-lhe, conseqüentemente, mais energia para a procura do néctar para maior produção de mel e atuação na polinização.

Mas ao levarmos ao conhecimento dos Srs. Congressistas a realização desse Congresso de Agricultura, outra não é a nossa intenção senão aquela de chamarmos a atenção de nossas autoridades para o desenvolvimento do setor. É preciso que os apicultores brasileiros sejam incentivados para que o País possa ter um excedente exportável a nível superior do que aquele até então utilizado.

O mercado mundial de cera está entorno de 4 mil toneladas exportáveis por ano. Já a produção mundial de mel é de aproximadamente 700 mil toneladas anuais, ocupando o nosso País o 20.º lugar na produção mundial.

Além da nossa produção estar cotribuindo, embora modestamente, como fonte arrecadadora de divisas, a abelha tem importante função na polinização, feita ao tocar de flor em flor em busca do néctar. Técnicos têm estudado o aumento da produtividade da soja por causa da ação das abelhas. Isso foi verificado, apesar da soja ser uma planta de autopolinização e contrariando o pensar de até então, que benefício algum a planta poderia ter com a ação das abelhas. Consideram ainda os técnicos que as abelhas podem ser utilizadas na hibridação da soja que, sem o auxílio das mesmas, torna o processo manual demorado e de elevado custo.

De toda uma gama de sugestões recebidas durante o congresso mencionado, notou-se a falta de uma infra-estrutura adequada para o desenvolvimento do setor. Destacariamos alguns itens que consideramos emergenciais para o apoio que se deve dar à apicultura nacional:

1 — necessidade efetiva da constituição da Comissão Nacional de Apicultura, recentemente criada pelo Ministério da Agricultura, para elaborar e aprovar urgentemente uma regulamentação sobre o uso e aplicação de inseticidas, fungicidas e desfolhantes na agricultura;

2 — assistência às associações de apicultura, para maior eficiência do setor;

3 — necessidade de se promover a fundação de associações de apicultura em todos os Estados como entidade de classe, para a integração da apicultura nacional;

4 — coordenação de pesquisa apícola e apoio integral aos cientistas e técnicos da apicultura brasileira;

5 — integração da extensão rural na atividade de assistência técnica e financeira da apicultura;

6 — realização anual de cursos de apicultura para a formação de apicultores;

7 — cadastramento da apicultura existente com mapeamento por município;

8 — orientação e incentivo para a atividade de polinização e para a implantação da apicultura migratória;

9 — instalação de um centro de informação com biblioteca e museu apícola nacional;

10 — ampliação e maior apoio as estações e projetos de apicultura existentes e a criação de outros à medida das necessidades.

Em linhas gerais e diante do exposto, há sólidas razões que recomendam um aumento intensivo e extensivo da apicultura.

Creemos, finalmente, que as nossas autoridades haverão de compreender os reclamos da classe e tomarão as providências para a efetiva proteção ao setor.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Por ocasião da passagem do "Dia do Professor", o Jornalista Arimathéa Athayde, em trabalho notável, magistral, presta sua homenagem a esse profissional brasileiro, com o artigo que publicou no **Jornal de Brasília**, no último dia 15, sob o título "Liberdade ou A Doce Canção da Normalista", que passo a ler, a fim de que conste nos nossos Anais:

"LIBERDADE OU A DOCE CANÇÃO DA NORMALISTA

Arimathéa Athayde

Especial para o **Jornal de Brasília**

A luta da normalista é sempre uma doce canção da liberdade, e nisto, por certo, repousa toda a beleza de sua maravilhosa missão.

A escola ensina-lhe que o futuro da criança depende da ação do adulto, porque a alma infantil é um imenso livro em branco. O que ele há de conter será escrito principalmente pelos educadores. Os capítulos mais importantes são delineados pela normalista, e isto realça quanto existe de fundamental e sério no seu desempenho.

Para esse trabalho, filosofia de ensino aconselham uma visão idealizada do mundo, com os tons da disciplina e da harmonia. Outras sugerem que se veja tudo com os olhos do coração e as cores do sentimento e do amor. Mas, uma terceira insinua concepções sensuais do universo, vislumbrando avidamente pelos sentidos. Fala-se, por fim, de uma posição integral, capaz de alargar horizontes e evitar que a contemplação do mundo seja igual à das belas cores na escuridão.

Principia aí o rosário de conflitos e ajustamentos da normalista. É o momento de entoar a sua "doce canção da liberdade", sob cujos acordes deve orientar o seu papel na formação do infante.

Conta-se, hoje, com uma ciência da aprendizagem e uma arte de ensinar. E, no magistério, além do profissional, existe o artístico. Figura e fundo a se alternarem como nos desenhos ambíguos.

A obra artística transparece a personalidade. Tudo quanto o autor recolhe pela vida nela se projeta: entre autor e obra, estabelece-se uma comunhão íntima.

Mas, na seara da educação, as projeções, se guardam o sabor do eterno, têm os caprichos do efêmero. A obra educativa é imune à comunhão manipulação-produção: só se cristaliza à medida que os educandos proclamam a sua independência e afirmam a personalidade.

O homem alimenta a roseira, dando-lhe água e adubo, mas a rosa não ressumbra qual-quer sinal de sua fisionomia. Desabrocha como objeto distinto e íntegro, embora a ajuda e o cuidado humanos contribuam para o seu esplendor.

A obra do mestre é semelhante a essa rosa. Sonha-se com os modelos dos alunos, qua hão de ser talhados idênticos ou semelhantes. Muito cedo, porém, os jovens delineiam os contornos da ação de todos os seus idealizadores.

A educação exige, assim, a dosagem dos poderes do adulto, o que envolve o temor de a criança adquirir hábitos perigosos, suscitando menos preocupação com a revolta e maior cuidado com a independência.

É difícil medir a liberdade dos outros. Queremos, quase sempre, que ela se pareça com a que idealizamos: ou o educando obedece a ordens ou se submete a idéias.

A criança é uma porção de terra cercada de carinho e amor por todos os lados. Tais sentimentos criam direitos sobre a ilha. A pretexto de amar e protegê-la, acaba-se por anexá-la ao próprio eu.

A normalista há de lembrar-se de sua doce canção. Ela vive no país do adulto e na província da criança. Ali o amor e a amizade são, em geral, apenas moldura de romances e, na vida de cada qual, uma pungente ilusão. A criança cresce nessa atmosfera pessimista, onde a felicidade é quase sempre um sonho irrealizável ou, quando muito, um tocante cochilo da angústia. Já no universo da criança, há de crer-se em outros paraísos, além do perdido. Tudo dificulta a obra educativa e empresta aspectos quase dramáticos ao trabalho da normalista.

A grandeza de Sócrates, para Kierkegaard, não está no fato de haver dado provas da imortalidade da alma, mas no de ter apostado nela e corrido o belo risco. No magistério, porém, não há lugar para aventuras dolorosas. Um punhado de cientistas põem estrelas no céu escuro do mundo da aprendizagem, sob o qual tateiam educadores e se debatem seres indefesos.

Quociente intelectual pode ser chamado quociente de aprendizagem. QI em lugar de QI. Diferenças de capacidade cedem a diferenças de aprendizagem. Dom chama-se concentração, e

gênio, transpiração. O homem ocupa posição mais nobre, e Deus diviniza a sua presença, o seu poder e a sua sabedoria.

A grandeza de tudo converte-se num supremo desejo de que esta homenagem represente o solene compromisso de se possibilitar à normalista a conquista desses pontos luminosos que estão surgindo no firmamento da pedagogia e cujo desconhecimento favorece a frustração de milhões e milhões de crianças.

O principezinho encontrou uma flor no deserto. Regou-a inúmeras vezes, cercando de extremado desvelo. Ora a protegia com a redoma; ora com o pára-vento. No dia da partida, banhou-a pela última vez. Pareceu-lhe que a flor tinha vontade de chorar. Mas ela não falou, senão para pedir perdão. Ele mostrou-se surpreendido com a ausência de queixumes, e ela evitou chorar em sua presença.

O principezinho supôs que sua amiga fosse a única no mundo, já que ela tudo fez neste sentido. Depois, encontrou um jardim cheio de rosas e julgou todas iguais a sua, que, desde então, passou a ter menos significação. Mas um dia, veio a conhecer a amizade e pôde dizer às outras rosas que não eram iguais a sua flor: Não haviam sido cativadas, nem cativaram a ninguém. Eram belas, mas vazias.

Antes, o principezinho não pôde distinguir uma rosa entre rosas. Uma nesga do mar não insinua que todos os oceanos são verdes, nem uma ponte do céu, que todo o firmamento é azul. Mas as estrelas que se acendem no universo pedagógico hão de iluminar, quanto antes, o trabalho da normalista, para que as diferenças entre crianças, se acaso existirem, sejam apenas ao nível de amizade e amor.

Ali está uma criança pobre, no centro de um universo fantástico e dinâmico, sem o rico ambiente daquela outra, e ainda sem poder valer-se da franca expansão de tudo quanto a circunda e limita, como a falar nos versos de Fernando Pessoa: "Não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada. / A parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo."

Os sonhos são como as sementes: só se realizam ou germinam em circunstâncias adequadas. Também o ensino deve ocorrer nas melhores condições para que se evitem aristocracias de crianças e alunos, sempre favorecidas pelas improvisações nas escolas e pelas muletas com que contam em casa os mais bem aquinhoados.

Os agricultores, diante das descobertas científicas, não se limitam a festivais de reformas ou de mudanças de currículos ou programas. Estão conscientes de que isto até desviaria as atenções do verdadeiro trabalho a realizar. Ao contrário, fazem das técnicas científicas o instrumental do seu mister.

O dia da normalista não poderá apenas indicando o instante festivo de lacinhos brancos e azuis, pois deve converter-se no marco de que a sala de aula passou a ser o lugar de aprender em vez do local de anotar o que seria aprendido em casa.

Então, o azul, que simboliza a bela missão de ensinar a criança, não será mais, como na visão de Goethe, "um atraente nada", porém, como na descrição de Kandisky, "um agente íntimo da alma". O verde não suscitará mais que o mar é o refúgio de esperanças desfeitas, e o branco será o sinal de uma real paz na consciência."

Sr. Presidente, quero, também, nesta hora, associar-me às homenagens que o País presta, mui justamente, a V. Ex.^a, grande líder civil que a Nação tem e que, certamente, contribuirá, mais uma vez, para que encontremos, com mais facilidade, os caminhos da normalidade democrática. Minhas homenagens e solidariedade a V. Ex.^a

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Agradeço a V. Ex.^a, muito sensibilizado, a manifestação de solidariedade às homenagens que me foram prestadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há mais oradores inscritos.

Com vistas à apreciação da Mensagem n.º 76, de 1976 — CN, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n.º 1.478, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

VETO TOTAL

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 106, de 1975 (n.º 1.346-C, de 1975, na origem), que regula a situação dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro de Habitação, em caso de morte presumida do adquirente.

Relatório n.º 3, de 1976 — CN.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria por falta de **quorum** regimental.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50